

Cohen descarta intervenção militar na Colômbia

Chefe do Pentágono diz ao 'Estado' que não prevê circunstância que possa levar a isso

PAULO SOTERO
Enviado especial

MANAUAS - O secretário americano da Defesa, William Cohen, garantiu que os EUA não têm intenção de ampliar seu envolvimento no Plano Colômbia além dos limites fixados na legislação que autorizou uma ajuda de US\$ 1,3 bilhão para o país andino em sua luta contra o narcotráfico. Washington tampouco espera ou pedirá que nações vizinhas apoiem militarmente a Colômbia. "Os EUA não tentarão de nenhuma maneira ditar qual deverá ser a resposta regional", disse Cohen em entrevista exclusiva ao Estado, concedida a bordo de seu avião C-32 na tarde de ontem, no voo que o trouxe a Manaus para participar da 4.ª Conferência dos Ministros da Defesa das Américas.

Cohen explicou que o interesse dos EUA em assistir os colombianos com treinamento e equipamento em sua luta contra o narcotráfico tem o objetivo de combater "um câncer" que se manifesta não só nos países produtores, mas também nos EUA, o destino final de 80% da cocaína fabricada na Colômbia. Se esse câncer não foi atacado, poderá "destruir a democracia". Mas cabe a cada país da região definir se o mal que aflige a Colômbia é um problema isolado, a ser tratado individualmente, ou "um problema transnacional e uma ameaça regional, que justifica a cooperação".

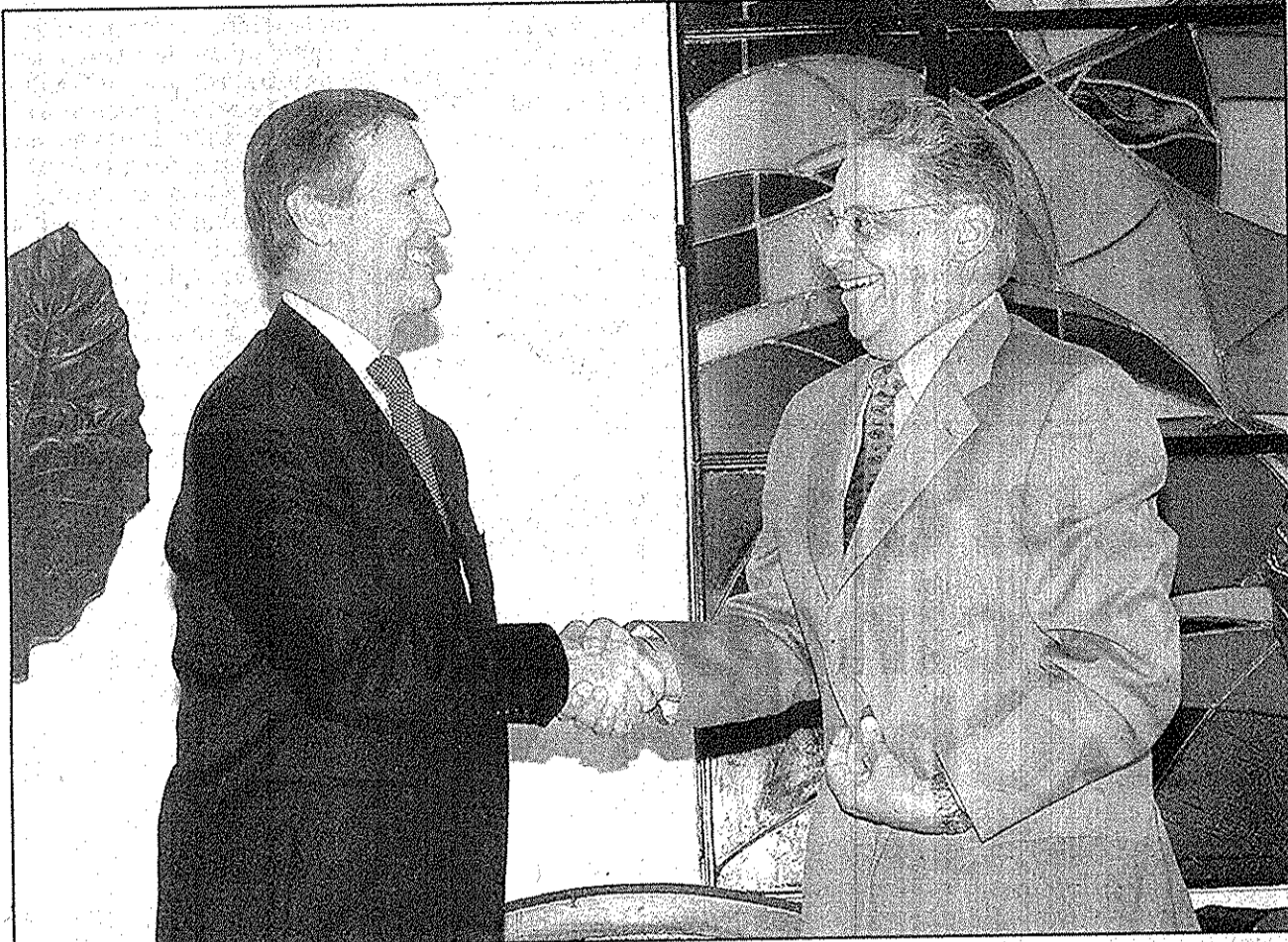
Advogado, ex-senador e autor de alguns livros de mistério e poesia, Cohen procurou também tranquilizar os brasileiros que acham que seu país pretende ter algum tipo de influência ou controle sobre a Amazônia: "Os EUA não têm nenhum plano, nenhuma intenção e nenhum papel na Amazônia." Abaixo, trechos da entrevista.

Estado - Por que a Colômbia se tornou assunto de segurança nacional para os EUA?

William Cohen - Se você tem uma tremenda maré de narcóticos vindo em sua direção, ela pode destruir seu país. Se seus filhos estão se viciando em heroína, cocaína, metanfetaminas e outras substâncias ilícitas cujo tráfico fomenta a corrupção e o crime em suas cidades, isso se torna uma preocupação de segurança. Há duas coisas que temos de fazer frente a isso. Nos EUA, temos de aumentar a interdição e fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para reduzir o consumo de drogas. Mas queremos, também, ajudar os países (produtores), dizendo-lhes que estamos dispostos a prestar-lhes assistência em seus esforços de combate ao narcotráfico, que também os ameaça. Não estamos interessados em envolver-nos militarmente na América do Sul. É a última coisa que queremos. E como não temos a intenção de fazê-lo, isso não acontecerá. No caso da Colômbia, forneceremos, a pedido dos colombianos, treinamento com um número limitado de pessoal e algum equipamento para ajudá-los a fazer o que eles precisam fazer. Não vamos fazer isso no lugar deles.

Estado - O governo dos EUA definiu o narcotráfico como um problema regional. A seu ver, quais são as implicações disso?

Cohen - Na minha opinião, as democracias devem apoiar umas às outras. A escolha é delas. Elas podem ver esse problema como algo isolado, não relacionado com seus interesses, e decidir, nesse caso, que devem dar apenas apoio moral. Os países podem também ver o problema do narcotráfico como uma ameaça potencial de longo prazo à própria segurança. Cabe a eles tomar essa decisão. A maneira de fazê-lo é sentar-se em torno de uma mesa e discutir se esse é um problema com o qual cada país deve estar preocupado de forma individual, isolada, e cuidar por conta própria, ou se se trata de um problema transnacional, uma ameaça re-



Fernando Henrique recebe Cohen no Hotel Tropical, em Manaus

Wilson Pedrosa/AE

France Presse

Reuters



Militar patrulha sul da Colômbia, área de ação das guerrilhas



O ministro colombiano Luis Acuña é saudado com colar no hotel

gional, que justifica cooperação. É isso que as democracias fazem: permitem a discussão dos problemas de uma forma aberta. O tráfico de drogas é como um câncer que se espalhará se não for enfrentado. A democracia na Colômbia está sendo desafiada por esse problema, que corrompe o sistema. Esse é um plano que a Colômbia desenvolveu, com um componente mili-

tar - no qual os EUA estão ajudando - na luta contra o tráfico. Não temos uma participação militar muito grande em termos de nossa presença. Estamos tentando ajudá-los a desenvolver sua capaci-

dade para lidar com o problema do narcotráfico. É só uma parte de um programa muito mais amplo. Creio que é do interesse de todos ajudar a democracia colombiana a sobreviver como democracia. Do ponto de vista dos EUA, estou seguro de que nosso desejo de engajar-nos com os países da região para discutir esses temas e fortalecer nossas relações continuará, seja sob o presidente Al Gore, seja sob o presidente George Bush.

Estado - Que tipo de cooperação os EUA esperam que os vizinhos deem à Colômbia?

Cohen - Isso é com eles. Os EUA não tentarão de nenhuma maneira ditar qual deverá ser a resposta regional. É um assunto que os países da região devem discutir. A evolução natural é que não se pode permitir que um problema como esse aumente sem resposta. Cada país que tem interesse em promover ideais democráticos terá de determinar seu próprio papel. Não cabe aos EUA ditar ou tentar ditar a resposta de cada país. No momento, a Colômbia decidiu que quer lidar com o problema internamente. Esse é o Plano Colômbia. Eles não pedirão assistência no treinamento de pessoal para o combate ao narcotráfico. O que a Colômbia pedirá a outros países é uma decisão da Colômbia.

Estado - Os EUA têm expectativa de uma participação militar brasileira nos esforços dos colombianos para combater o narcotráfico?

Cohen - Não há nenhuma expectativa da parte dos EUA de que os militares de outros países se envolvam na Colômbia. Mas isso é algo que cada país tem de decidir. Dependendo de como

definirem seus interesses, eles poderão encontrar outras maneiras de apoiar a Colômbia.

Estado - Existe, na região, uma apreensão com a possibilidade de o Plano Colômbia não produzir os efeitos desejados e ter apenas consequências negativas para os países vizinhos e para os próprios EUA, que poderiam ser tragados para um conflito. Existe a possibilidade de os EUA mandarem tropas à Colômbia. Como ex-senador, o senhor acha que a opinião pública dos EUA apoiaria?

Cohen - Não antevjo nenhuma circunstância que levaria os EUA a intervir militarmente na Colômbia. E não acredito que haveria apoio político entre os americanos para qualquer tipo de intervenção.

Estado - Nos últimos dias, guerrilheiros das Farc cruzaram a fronteira do Equador e seqüestraram seis civis americanos. Houve uma penetração no Panamá, a partir da Colômbia, e dois panamenhos foram mortos. E a Colômbia acusou a Venezuela de ter cruzado a fronteira em perseguição a guerrilheiros das Farc. Pode-se chegar um ponto em que esses tipos de episódios se tornariam questão de segurança nacional para os EUA?

Cohen - Repito: não antevjo nenhuma circunstância na qual os EUA se envolveriam militarmente na Colômbia. Quanto à reação de outros países, o que temos tentado fazer é chamar sua atenção para o fato de que esse problema não é exclusivo da Colômbia nem ficará contido à Colômbia. Temos dito que há interesse em discutir maneiras de compartilhar informação e formas de cooperação. Mas isso depende de se os outros países sentem que o problema do tráfico de drogas é uma ameaça a sua segurança.

Estado - Um relatório do Government Accounting Office divulgado na semana passada chamou a atenção para os problemas de execução do Plano Colômbia; apontou dúvidas sobre o nível de compromisso dos próprios colombianos com o programa e a relutância dos europeus em participar do financiamento da parte civil do plano. Por que devemos acreditar que o plano terá êxito?

Cohen - Presumo que os europeus, que no momento estão preocupados com o que está acontecendo em Kosovo, Bósnia e Iugoslávia, têm interesse

em ver a democracia prevalecer. O tempo dirá se teremos êxito. Todas as democracias da América do Sul devem estar preocupadas com o sucesso de sociedades democráticas.

Estado - Em círculos políticos e militares no Brasil há a percepção de que os EUA têm interesses inconcessíveis em relação à Amazônia, e a assistência americana à Colômbia exacerbou essa percepção...

Cohen - Recentemente, um de nossos generais estava numa conferência na Universidade de Harvard e alguém lhe perguntou se os EUA tinham preocupação com aspectos ambientais na América do Sul. Ele disse que sim, que os americanos têm interesse no que acontece na Amazônia. No dia seguinte, um jornal publicou que os EUA estavam planejando uma invasão da Amazônia. Qualquer declaração que os EUA façam sobre sua preocupação com a preservação da Amazônia é imediatamente traduzida ou interpretada como sinal de que os EUA têm designios na Amazônia. Isso é completamente falso. Os EUA não têm nenhum plano, nenhuma intenção e nenhum papel na Amazônia. A discussão específica dos problemas ambientais da Amazônia cabe ao Brasil, ao Peru, à Colômbia e aos demais países que compartilham a região.

Estado - Que balanço o senhor faz das reuniões de ministros da Defesa do hemisfério?

Cohen - Esta é minha quarta visita à região e a segunda vez que participo da reunião de ministros de Defesa das Américas e observo uma transformação na natureza das relações de defesa nesses quatro anos de minha gestão. Há um maior grau de cooperação entre os países, há uma maior coordenação de missões conjuntas de treinamento, há uma redução de suspeitas e maior disposição e capacidade para discutir como melhorar o controle dos militares pelos civis, como resolver disputas de fronteiras. Tudo isso é animador. Esta reunião é uma continuação desse processo. O fato de o Brasil estar hospedando o encontro, pouco tempo depois de ter criado o Ministério da Defesa, é significativo. É uma oportunidade para continuar a dis-

cussão de tópicos que afetam toda a região, dos desafios que enfrentam em termos de problemas transnacionais, como tráfico de drogas e terrorismo, aos esforços na busca de recursos para modernizar suas forças. Avançou-se bastante num período relativamente curto. A democracia está deitando raízes na América do Sul. Mas nada é irreversível. Na democracia, é preciso trabalhar para atender as expectativas. É acho que essa reunião de ministros contribuiu não só para aprofundar a discussão sobre a defesa nas sociedades democráticas, como para o tratamento de questões como buscar recursos e fazer orçamentos que permitam a realização da missão das Forças Armadas, como melhor integrar seus diferentes ramos, lidar com os Paramentos, aprimorar o controle dos militares pelos civis, como proteger e promover direitos humanos no exercício da atividade da defesa nacional.

Estado - A venda de equipamentos bélicos para os países da região será discutida?

Cohen - Apenas se os países manifestarem interesse sobre seu desejo de comprar equipamento dos EUA.

Estado - A modernização das Forças Armadas da América do Sul deveria seguir uma abordagem regional?

Cohen - Se você tem recursos limitados e se você pode encontrar maneiras de mobilizar recursos, a cooperação faz sentido. Em atividades de manutenção da paz, em missões da ONU, por exemplo, procuramos promover o conceito de interoperabilidade. Isso não significa que as Forças Armadas de diferentes países devam necessariamente ter os mesmos equipamentos. Mas seus sistemas e treinamento devem ser o mais compatível possível. Quanto à modernização das forças, queremos, obviamente, ser um fornecedor confiável e competitivo. Acreditamos que temos a oferecer os melhores equipamentos pelos melhores preços. Mas cabe a cada país decidir quais são seus interesses de defesa a longo prazo, quanto e no que gastar, quais as implicações do pacote de equipamentos no qual está interessado em termos de manutenção e reequipamento e se tem capacidade de comprar o que quer.

TRÁFICO DE DROGAS 'PODE DESTRUIR DEMOCRACIA'